



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

URFBio Noroeste - Núcleo de Apoio Regional de Arinos

Processo nº 2100.01.0058608/2022-51

Belo Horizonte, 27 de junho de 2023.

Procedência: Despacho nº 172/2023/IEF/NAR ARINOS

Destinatário(s): URFBio Noroeste - NUREG

Assunto: ARQUIVAMENTO PROCESSO INTERVENÇÃO - NÃO APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

DESPACHO

Venho apresentar despacho relativo ao processo SEI 2100.01.0058608/2022-51, de Supressão de cobertura vegetal nativa em 27,7618 hectares, para pecuária referente a **Fazenda Boqueirão**, de propriedade de Waldir Moreira de Andrade, localizada no município de **Unai - MG**, a fim de que seja arquivado. Houve necessidade de um pedido de informação complementar, através do Ofício 92 (Documento SEI 63467459) de 13/04/2023, em especial pelo fato da identificação de intervenções ambientais na propriedade sem autorização do órgão ambiental competente.

Compulsando o presente auto verificou-se a presença de ofício(s) de requisição(ões) de informações complementares que não foram atendidas a contento pelo empreendedor.

Sobre o tema, o atual Decreto Estadual nº 47.749/2019, que dispõe sobre os processos de autorização para intervenção ambiental e sobre a produção florestal no âmbito do Estado de Minas Gerais e dá outras providências, faz as seguintes previsões:

Art. 19 – **Poderão ser solicitadas informações complementares pelo órgão ambiental**, que serão comunicadas ao empreendedor em sua completude, **uma única vez, ressalvadas aquelas decorrentes de fatos supervenientes** verificados pela equipe técnica e **devidamente justificados nos autos do requerimento de intervenção ambiental**.

§ 1º – A solicitação de informações complementares de intervenções ambientais vinculadas a processos de LAC e LAT deverá ser feita concomitantemente com as informações complementares necessárias ao licenciamento.

§ 2º – **O prazo para o atendimento das informações complementares em processos de intervenções ambientais** de empreendimentos ou atividades passíveis de LAS ou não passíveis de licença ambiental **será de sessenta dias, sob pena de arquivamento do processo de autorização para intervenção ambiental**.

§ 3º – O prazo a que se refere o § 2º poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, mediante justificativa.

§ 4º – Até que o órgão ambiental se manifeste sobre o pedido de prorrogação de prazo estabelecido no § 3º, fica esse automaticamente prorrogado por mais sessenta dias, contados do término do prazo inicialmente concedido.

§ 5º – O prazo previsto no § 2º poderá ser sobrestado quando as informações solicitadas exigirem prazos para elaboração superiores, desde que o empreendedor apresente cronograma de execução a ser avaliado pelo órgão ambiental competente.

Desta forma, foi constatado **o seguinte vício**: fora recebido o **Ofício IEF/NAR ARINOS nº. 92/2023 (documento 63467459)** no dia 13/04/2023 com pedido de informações complementares, sendo elas: 1-Apresentar novo

requerimento contendo a área já declarada e também as áreas referentes ao corte de árvores isoladas e intervenção em APP, conforme o Auto de Infração 312826/2023 (doc. sei 63468033); 2- Apresentar nova área de compensação florestal previstas no artigo 2º da Lei nº 13.047 de 17/12/1998, não inferiores a 2% das áreas de exploração de cerrado superiores a 100 hectares, contendo nova localização, novo memorial descritivo e novas imagens, referente a área do DAIA Corretivo; 3- Apresentar novo PRADA, nova localização, novas imagens da área de Preservação Permanente a ser recuperada em decorrência da Intervenção em APP da propriedade em cumprimento ao Decreto Estadual 47.749/19; 4- Apresentar o comprovante de pagamento ou parcelamento do DAE 1300529329231 referente ao Auto de Infração 312826/2023: Em caso de parcelamento, apresentar a 1ª parcela quitada. 5- Apresentar documento com desistência voluntária de recurso/defesa do AI; 6- Apresentar taxa florestal quitada, referente à área de intervenção irregular e corte de árvores irregular e volumetria do Auto de Infração, sendo que tal taxa deverá ser calculada em dobro; 7- Apresentar taxa de reposição florestal, referente às áreas de intervenção irregular e corte de árvores irregular; 8- Apresentar taxa de expediente referente as áreas a serem regularizadas através da AIA Corretiva para o corte de árvores isoladas e intervenção em APP; 9- Apresentar Novo Projeto de Intervenção Ambiental - PIA, conforme os termos de referências, contendo todos os campos pertinentes, especificando as áreas a serem regularizadas através da AIA Corretiva para o corte de árvores isoladas e intervenção em APP;

- <http://www.ief.mg.gov.br/component/content/article/3473--termosdereferencia>
- http://www.ief.mg.gov.br/images/stories/2023/AIA/Termo_de_Referencia_de_Projeto_de_Intervencao_Ambiental_-_PIA_versao_1.2_12_22.docx;

10- Apresentar novo mapa, contendo a identificação do local da área que será regularizada corretivamente, área de corte de árvores isoladas, intervenção em APP e de compensação; 11- Apresentar relatório de Cumprimento de condicionante com prazo vencido referente as Autorizações de Intervenção Ambiental dos Processos SEI 2100.01.0015676/2021-68 e 2100.01.0054928/2021-86. Foi concedido 60 dias para entrega das mesmas, a apresentação das mesmas era até: 06/02/2023.

Desta forma, foi constatado que **não houve o cumprimento da Informação complementar solicitada, onde houve o fornecimento de informações complementares insuficientes para conclusão do processo, ante a inexistência de elementos essenciais á conclusão de sua análise**, nos termos do Decreto nº 47749 DE 11/11/2019, **visto que o a regularização das áreas de intervenção ambiental de forma irregular através da formalização da documentação da intervenção corretiva não ocorreu.**

A **ausência** da apresentação das informações complementares solicitadas insuficientes inviabiliza a análise e concessão da autorização para Supressão de cobertura vegetal nativa em 5,6345 hectares e Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP em 0,1563 hectares, para uso alternativo do solo para agricultura, **o descumprimento do pedido realizado em sede de informações complementares exigem o arquivamento do presente feito.**

Desta forma, a Administração pode **declarar extinto o processo quando** exaurida sua finalidade ou **quando o objeto da decisão se tornar impossível**, inútil ou prejudicado por fato superveniente conforme previsão contida no artigo 50 da Lei nº 14.184, de 30 de janeiro de 2002, que dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual.

Neste sentido o processo não possui condições de prosseguir seu trâmite em razão dos vícios insanáveis narrados, e ante a impossibilidade de suprimento de ofício da omissão, de acordo com o parágrafo único do artigo 28 da Lei estadual 14.181/2002: *Art. 28 - O interessado ou terceiro serão intimados se necessária a prestação de informação ou a apresentação de prova. Parágrafo único - Não sendo atendida a intimação, a que se refere o “caput” deste artigo, poderá o órgão competente suprir de ofício a omissão, se entender relevante a matéria, ou determinar o arquivamento do processo.*

Assim, opino pelo **ARQUIVAMENTO** do pleito do requerente, de acordo com as legislações supracitadas, estando, portanto, apto para ser encaminhado a deliberação da autoridade competente, o Senhor Supervisor Regional da URFbio Noroeste, nos termos do Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Nilson Alexandre Garcia, Servidor (a) Público (a)**, em 27/06/2023, às 08:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **68483306** e o código CRC **7D28A157**.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

URFBio Noroeste - Núcleo de Regularização e Controle Ambiental

Decisão IEF/URFBIO NOROESTE - NUREG nº. 2100.01.0058608/2022-51/2023

Unai, 27 de junho de 2023.

FOLHA DE DECISÃO

TIPO DE INTERVENÇÃO: Processo Administrativo para exame de Autorização para Intervenção Ambiental:

- Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo 27,7618 hectares.

EMPREENDEDOR/EMPREENDIMENTO: Waldir Moreira de Andrade/Fazenda Boqueirão

MUNICÍPIO/UF: Unai/MG

Proc. sei!MG nº.: 2100.01.0058608/2022-51

<input type="checkbox"/> CONCEDIDA C/ <input type="checkbox"/> MITIGADORAS <input type="checkbox"/> COMPENSATÓRIAS	Área: _____ ha	Validade:
<input type="checkbox"/> CONCEDIDA C/ <input type="checkbox"/> MITIGADORAS <input type="checkbox"/> COMPENSATÓRIAS	Área: _____ ha	Validade:
<input type="checkbox"/> CONCEDIDA C/ <input type="checkbox"/> MITIGADORAS <input type="checkbox"/> COMPENSATÓRIAS	Área: _____ ha	Validade:
<input type="checkbox"/> CONCEDIDA C/ <input type="checkbox"/> MITIGADORAS <input type="checkbox"/> COMPENSATÓRIAS	Área: _____ ha	Validade:
<input type="checkbox"/> CONCEDIDA C/ <input type="checkbox"/> MITIGADORAS <input type="checkbox"/> COMPENSATÓRIAS	Área: _____ ha	Validade:
<input type="checkbox"/> CONCEDIDA C/ <input type="checkbox"/> MITIGADORAS <input type="checkbox"/> COMPENSATÓRIAS	Área: _____ ha	Validade:
<input type="checkbox"/> INDEFERIMENTO		
<input type="checkbox"/> SOBRESTADO		
<input type="checkbox"/> BAIXADO EM DILIGÊNCIA		
<input type="checkbox"/> RETIRADO DE PAUTA		
<input type="checkbox"/> PEDIDO DE VISTA(S) PELO CONSELHEIRO(AS):		
<input checked="" type="checkbox"/> ARQUIVAMENTO		

☐ EXCLUSÃO DE MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS
☐ DEFERIDA ☐ INDEFERIDA

☐ PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO MEDIDAS
MITIGADORAS/COMPENSATÓRIAS
☐ DEFERIDA ☐ INDEFERIDA

☐ PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VALIDADE DO DAIA:
☐ DEFERIDA - VALIDADE: _____ ☐ INDEFERIDA

☐ EXAME DE RECONSIDERAÇÃO / RECURSO A COPA
☐ DEFERIDO ☐ INDEFERIDO

OBSERVAÇÕES:



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Roberto Batista Guimarães, Supervisor Regional**, em 27/06/2023, às 09:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **68490709** e o código CRC **18F471DE**.